

Inflação após o Plano Collor 2 é diferente do índice do custo de vida

por Marília Stabile
de São Paulo

A inflação do Plano Collor II é um referencial de curto prazo importante porque interfere nas expectativas influenciando as análises políticas e econômicas em torno do desempenho das novas medidas sobre a economia, avaliam especialistas em índices.

Assumindo esse caráter estratégico — que se traduz na indexação de custos e/ou capital —, para muitos escapa muitas vezes a necessidade de se explicar didaticamente, entretanto, a diferença entre a inflação do Plano Collor II e os índices do custo de vida recentemente divulgados, reconhecem os mesmos analistas.

O resultado desses dois indicadores serão necessariamente diferentes porque, por definição, são calculados utilizando-se critérios também diferentes.

Na falta da definição de conceitos, a utilização dos diversos índices acaba se prestando a interesses específicos nem sempre adequados. Quando não, em momentos como o atual, de "trégua" de preços, ressurtem novas fórmulas de cálculo, como o ponta a ponta da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, da USP, (FIPE) até adaptações de procedimentos para "sermos fiéis à nossa metodologia", como esclareceu o presidente do IBGE, Eduardo Guimarães, em relação à recente alteração adotada no cálculo dos aluguéis para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de março, que terá sua divulgação atrasada.

É neste contexto de indefinições de conceitos que fica confusa a convivência pacífica entre o índice de inflação ponta a ponta da FIPE de março, de 3,06%, e o seu índice tradicional, de 7,48%, para o mesmo mês. Contradição aparentemente reforçada quando o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE) registra sua inflação para o mesmo período de 9,99%, a Fundação Getúlio Vargas divulga o seu resultado de 7,25% e o Banco Central anuncia uma Taxa de Referencial (TR) de 8,93%. Na dúvida, "a cultura inflacionária" escolhe como mais adequado o índice maior, algo entre os 7,25% da FGV e os 9,91% do DIEESE, com a TR de 8,93%, mesmo sem ser índice, no meio do caminho entre os dois limites.

Entre os resultados mais conhecidos falta ainda o INPC do IBGE, que, levando em conta o peso expressivo de 8% dos aluguéis no cálculo, adotou a alternativa de considerar a variação de março e abril desses preços para não subestimar o índice. A opção foi necessária e tecnicamente coerente, segundo o IBGE, porque a maior parte dos acordos para os reajustes ocorreu depois de estabelecidas as novas regras do



Eduardo Guimarães

congelamento. O resultado dessas negociações foram os aluguéis pagos tanto em março quanto no início de abril.

Uma parte do mercado, contudo, traduziu a iniciativa do IBGE de outra forma. Pelos seus cálculos, o INPC de março ficaria em torno dos 6%. Um percentual mais baixo do que os índices tradicionais de outras instituições, depois que "o estrago de uma inflação mais alta já tinha sido divulgado por outras instituições e sancionada, em parte, pelo próprio Banco Central com a TR de 8,93%", analisou um conceituado especialista em índices.

A opção adotada pelo IBGE, segundo essas análises, deverá atribuir ao aluguel uma variação em torno dos 45%, enquanto as outras instituições de pesquisa se contentaram com a prática do mercado específico de algo em torno de 24,05%, como foi o caso da FIPE no cálculo tradicional. O INPC seria assim "inflado" em março, ficando próximo aos outros indicadores pnderam os especialistas. Já o índice de abril poderá ser mais baixo, quebrando inclusive parte das expectativas altistas para este mês.

Estatisticamente o fato deverá ocorrer, reconhece Eduardo Guimarães, porque no próximo índice do IBGE a variação dos preços dos aluguéis será igual à do mês passado, sendo assim a variação será zero.

Esta última novidade dos índices, em especial o INPC do IBGE, que independe de governo, nunca teve sua série história alterada, cria uma nova polêmica e a definição do índice de inflação do Plano Collor II em relação aos índices tradicionais fica "postergada ou apagada".

A inflação do Plano Collor II, apenas para alguns especialistas, é aquela que não considera o "tarifaço" e só capta acordos dos reajustes dos aluguéis que excedem as normas do governo. Esta anda entre 4,5 e 5%. Já o índice de inflação que reflete o custo de vida e, portanto, o aumento das despesas das famílias que pagam os reajustes das tarifas e todos os outros preços de produtos e serviços na economia, fica entre os 7,25% da FGV e os 9,99% do DIEESE.